*Formação de um Tradutor: questões preliminares**

*Maria de Lurdes N. Escaleira***

I Introdução

Conceber e exprimir bem, são os dois pontos em que consiste toda a literatura; mas exprimir bem o que outro concebe é o maior esforço e perfeição a que podem chegar os mortais. Um espírito criador é um espírito raro; porém um espírito imitador é um espírito sublime.

VASCONCELOS, João R. V. em PINILLA, José A. S. e SÁNCHEZ, María M. F. (1998:129)

Hoje em dia, as necessidades em matéria de tradução são muito diversificadas e atingiram uma elevada amplitude, tanto a nível de assuntos como de línguas traduzidas, a qual não pára de aumentar e nos distancia das origens históricas da tradução centrada nos textos sagrados e nos grandes clássicos. Actualmente, ninguém espera ver um tradutor sentado a uma secretária repleta de dicionários que ele vai consultando à medida que vai avançando na tradução, escrita à mão e, no final, passada a limpo na máquina de escrever. Hoje, o cliente envia o trabalho por e-mail, exige que seja executado num determinado formato, revisto, editado, etc. e, finalmente, enviado por meios informáticos.

Vivemos numa época em que se pode fazer negócio com pessoas de todo o mundo, em que uma determinada marca pode ter lojas em toda a parte, mesmo nos países mais distantes, em que a pessoa sentada ao nosso lado no autocarro pode ser de um país de que nunca ouvimos falar, um mundo em que um produto é fabricado em Portugal e vendido na China, mas um mundo no qual ainda existe uma grande barreira: a língua.

---

* O presente artigo insere-se no âmbito da investigação desenvolvida durante o Programa de Doutoramento na Faculdade de Letras da Universidade do Porto sob a temática "Ensino da Tradução no Instituto Politécnico de Macau: dos curricula de formação às necessidades de mercado" (Escaleira, M. Lurdes (2012) ainda não editado).

** Professora-Adjunta do Instituto Politécnico de Macau,doutorada pela Universidade do Porto, Portugal

Este novo contexto tem dado origem a uma acesa discussão sobre o próprio termo "tradutor" e a sua adequação às novas exigências e à sua nova realidade profissional. Várias têm sido as propostas de alteração e, após uma pesquisa sobre as instituições de formação de tradutores, podemos concluir que não existe consenso quanto à designação do curso, sendo esta muito diversificada e reflectindo, em grande medida, as novas exigências de mercado. Em todo este debate está subjacente a preocupação em escolher uma designacão abrangente onde os termos negociação, multicultural, comunicação e multimédia são frequentes porque abrem portas para o mercado de trabalho. Na opinião de Gouadec (2008) o termo "*tradutor*" não correspnde à realidade actual e é necessário procurar um novo termo mais abrangente e que reflicta o mundo real destes profissionais, no entanto, considera que muitas das designações por que se optou actualmente apenas têm como objectivo dar estatuto e dinheiro. A NE15038 propõe uma nova designação para este tradutor do presente: Prestador de Serviços de Tradução (TSP–Translation Service Provider). Esta discussão, aparentemente pouco significativa, é de suma importância porque a resposta encontrada irá ter repercussões directas no desenho curricular, isto é, nas políticas e práticas adoptadas, por cada instituição de ensino, na formação de tradutores.

Mas, em que consite a formação de tradutores?

Entendemos formação como o processo de ensino/aprendizagem através do qual se desenvolvem, no futuro profissional, estratégias de tradução e que tem como objectivo torná-lo consciente " *(...) da complexidade do processo tradutório e da necessidade de monitorar suas ações e examinar com cuidado as decisões tomadas ao longo do processo tradutório*" (Alves, Magalhães e Pagano: 2003:7). Aprender consiste em fazer com que o aluno se torne responsável pelo seu processo de aprendizagem, ou seja, criar no aluno o sentido de autonomia e levar a que seja ele a escolher o "caminho mais adequado", a seleccionar e gerir as acções que vão de encontro aos seus interesses e necessidades tendo sempre a possibilidade de optar pelas " *(...) formas de apreensão e utilização do conhecimento que sejam mais apropriados ao seu estilo individual de aprendizagem*" (idem).

Lederer (2003), na fase da aprendizagem, coloca a ênfase no processo utilizado no acto de traduzir afrmando ser o processo seguido para chegar a uma possível tradução, o qual é mais importante do que a solução.

Actualmente quando se fala de formação o termo "competência" surge de forma recorrente tendo este conceito (Durão, 2007:12) passado a ser muito popular a partir da década de setenta, do séc. XX, altura em que aparece ligado à formação profissional, à formação de professores e à gestão de recursos humanos. Gradualmente, o termo foi-se tornando mais complexo, tendo, hoje, conotações diferentes consoante os países, as abordagens pedagógicas e as áreas em que é aplicado, incluindo o ensino.

Também Montalt, Piorno e Izquierdo (2008) afirmam estarmos perante um conceito complexo e em que os estudos, sobre esta matéria, são escassos e recentes. Na verdade, ainda segundo estes autores, este conceito, competência tradutora, é usado pela primeira vez por Toury (1980, 1995) que parte da distinção feita por Chomsky (1965) entre competência e desempenho linguístico. Este termo não tem sido aceite por todos os autores que preferem atribuir nova designação ao mesmo conceito: "translation abilities" ou "translations skills" (Lowe:1987, Pym:1992, Hatim e Mason:1997), "translation performance" (Wilss:1989), "transfer competence" (Nord:1991) ou "translational competence" (Chesterman:1997).

As várias definições de competência podem ser agrupadas em dois tipos de acepções, um oriundo do mundo do trabalho e outro do mundo da educação. No primeiro caso, competência profissional é, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), "*[a] construção social de aprendizagens significativas e úteis para o desempenho produtivo numa situação real de trabalho que se obtem não só pelo ensino como também – e em grande parte – através da aprendizagem em situações concretas de trabalho*". No mundo da educação, competência pode ser definida como um conjunto de características pessoais (conhecimentos, atitudes e habilidades) que nos permitem adaptar a determinados ambientes e desempenhar com sucesso as tarefas específicas de uma determinada actividade profissional, isto é, todos as características de um indivíduo que lhe permitem adaptar-se e desempenhar a sua actividade com sucesso, individual e também organizacional.

Competência de tradutor (Kiraly:2000) é um conceito que se refere às capacidades de propor traduções adequadas e de usar as ferramentas e conhecimento para criar textos que cumpram o seu objectivo comunicativo e que sejam aceites, como boas traduções, na comunidade a que se destinam.

Para os autores do Grupo PACTE[1] competência tradutora é um sistema de conhecimentos, aptidões e capacidades necessárias ao exercício da tradução .

Em nosso entender, competência tradutora é o sistema de conhecimentos, aptidões e capacidades de que o tradutor necessita para se adaptar ao contexto de trabalho desempenhando a sua actividade com sucesso, pessoal e organizacional, e que lhe permite estar atento, adpatar-se e até antecipar-se às mudanças que ocorrem no seu mundo profissional. As competências profissionais abrangem as capacidades para operacionalizar conhecimentos técnicos de uma profissão, um desempenho positivo e um bom nível de relacionamento bem como habilidades para executar tarefas específicas o que possibilita o sucesso na vida profissional.

II Formação de Tradutores: Retrospectiva histórica

A formação profissional de indivíduos treinados para realizarem a actividade de tradução é recente e surge devido à necessidade de formar tradutores capazes de corresponderem às necessidades de transmissão de informações científicas, sociais, políticas, económicas, etc.

De facto, durante e pós a I e II Guerras Mundiais, assiste-se a uma intensificação das relações diplomáticas e a uma enorme quantidade de descobertas científicas, tecnológicas, comerciais e sociais o que tem reflexos positivos na área da tradução e resulta no aumento da procura de tradutores qualificados. É, pois, no período pós II Guerra Mundial que o ensino da tradução, da forma como hoje o entendemos, começa a ser praticado em várias instituições de ensino.

Já no séc. XIX, a China tinha sentido esta necessidade de formação de profissionais que pudessem servir de "intermediários" entre o oriente e o ocidente e desta forma evitar os "*desentimentos*" causados pela diferente interpretação de tratados e convenções[2]. Assim, em 1862, abre, em

---

[1] (Processo de Aquisição e Avaliação da Competência Tradutora) – grupo de pesquisa do Departamento de tradução e interpretação da Universidade Autónoma de Barcelona.

[2] KEFEI, Wang e FAN, Shouyi (1999:18-19) fazem referência aos desentendimentos provocados pelas diferentes interpretações do Tratado de Nanking, 1842, e da decisão de incluir uma cláusula, em todos os documentos oficiais em Chinês e Inglês, que estabelecia que, em caso de dúvida, prevalecia a versão inglesa. Estes autores, consideram que esta foi uma medida tomada pelos "*negotiators probably (...) to force the Emperor to*

Pequim, a primeira escola "*Tong Wen Guan*" onde era ensinado Inglês, Francês, Alemão, Japonês, química, astronomia, medicina (a cargo de professores estrangeiros), matemática e Chinês (leccionadas por professores chineses). Mais tarde, em 1863, abre a "*Shanghai Tong Wen Guan*" que para além de estar vocacionada para as línguas começa a oferecer cursos na área das ciências. Na segunda metade do séc. XIX, foram criados vários departamentos governamentais de tradução que tinham como missão formar tradutores e, em simultâneo, desenvolver trabalhos de tradução, tais como, tradução de manuais escolares, textos científicos, etc.

No Ocidente, na década de 40, do séc XX, Áustria, Alemanha e Estados Unidos criam os primeiros cursos de tradução e, logo a seguir na década de 60, a Dinamarca e a Inglaterra seguem as mesmas pisadas, enquanto que, a Itália só cria a primeira licenciatura em finais da década de 70, a Espanha no início dos anos 90 e Portugal em finais dos anos 80.

Durante a Conferência Geral da UNESCO, realizada em Nairob, em 1976, foi assinada a "*Recommendation on the Legal Protection of Translators and Translations and the Pratical Means to improve the Status of Translators*[3]" porque se entende que tanto o tradutor como as traduções desempenham um papel muitíssimo importante no intercâmbio cultural, artístico e científico e, sobretudo, quando se trata de línguas minoritárias. Neste documento estabelecem-se regras de protecção do tradutor e das traduções e aborda-se, ainda, a formação do tradutor estabelecendo o que se considera dever ser a formação. Assim, estabelece-se que os estados membros devem reconhecer que a tradução é uma disciplina independente que exige um ensino diferente do ensino das línguas e assente na compilação e partilha de informação (aconselha a criação de centros de terminologia). Ainda no âmbito da formação estabelece que os Estados Membros devem colaborar com as associações profissionais de tradutores ou outras de forma a facilitar a deslocação dos tradutores a diferentes

---

start a language school for training interpreters". Em Macau, toda a legislação e documentos oficiais, com versões em duas línguas, indicam qual a versão que será considerada no caso de dúvidas ou litígios.

[3] Trata-se de um documento cuja leitura recomendamos porque, de forma concisa e clara, aborda os principais aspectos do acto de traduzir e das próprias traduções e estabele um conjunto de regras de protecção do tradutor e das traduções, inclusive relativamente à formação do tradutor, que ainda hoje são difícies de encontrar e de ser adoptadas pelas instituições de ensino.

países onde poderão aperfeiçoar o seu domínico linguístico e conhecer o contexto sócio-cultural da Língua de Chegada.

No panorama do ensino/aprendizagem da tradução vão-se desenhando duas tendências distintas: 1) cursos criados com o objectivo de preparar os alunos para a inserção profissional e 2) cursos que se apelidam de tradução mas que apenas têm no currículo uma minoria de disciplinas de tradução e a maioria são disciplinas de línguas, literaturas, cultura (história e geografia).

No séc. XX, assiste-se a profundas transformações que vieram alterar o modo de vida das pessoas e exigir ao tradutor novas competências que lhe permitam adaptar-se ao novo contexto.

Na Europa tem-se discutido largamente o papel e o ensino/aprendizagem da tradução tendo-se delineado várias estratégias, como se pode ver no *Thematic Network Project in the Area of Languages I (TNP1)*[4].

III Formar tradutores e Intérpretes?

Embora a actividade da tradução seja milenar, a formação de profissionais desta área é muito recente sendo, quer pela enorme variedade de especialidades quer pela diversidade de formação, um dos ramos profissionais mais heterogéneo do mundo.

Assim, somos confrontados com diferentes realidades podendo ser encontradas várias combinações entre dois pólos: o da tradução e o da interpretação. De facto, a formação de intérpretes/tradutores é uma questão que tem vindo a dividir opiniões já que, tanto na teoria como na prática, existem duas visões sobre o ensino/aprendizagem da tradução e da interpretação: uns entendem poder, a formação de intérpretes e de tradutores, desenvolver-se em conjunto e outros defendem o seu ensino em separado visto tratar-se de duas actividades diferentes.

---

[4] O "Sub-Project 7: Translation and Interpreting" foi criado, em 1999, pelo Conselho Europeu das Línguas - Thematic Network Project in the Area of Languages I (TNP1) – e trata-se de uma área totalmente dedicada à tradução e interpretação. Foram publicados um relatório sobre a situação da formação de tradutores e interprétes na União Europeia, um documento com as recomendações finais e um outro sobre o ensino/aprendizagem da tradução.

A convicção de que a formação do tradutor e do intérprete é a mesma tem sido praticada em escolas de renome internacional[5] e defendida por algumas das teorias mais relevantes, como é o caso da Teoria Interpretativa da Tradução (*théorie du sens*)[6]. Nesta linha de pensamento, Marianne Lederer (1994) defende que os fundamentos teóricos são, de facto, os mesmos tanto no processo da tradução como no da interpretação.

A partilha de um objectivo comum[7] - transpor uma mensagem emitida numa determinada língua para outra a fim de ser compreendida por uma comunidade que não fala a língua em que originalmente a mensagem foi expressa – leva a que se possa afirmar "*(...) que o tradutor e o intérprete são profissionais que permitem que uma mensagem cruze a chamada "barreira linguística" entre duas comunidades (...)* (Pagura, 2003:209-236)*"*. Existem outros aspectos comuns: tradutor e intérprete necessitam ter um bom domínio das duas línguas, apesar de a um ser pedido um domínio a nível escrito e ao outro a nível da oralidade, ambos têm de ser profissionais capazes de compreender e expressar ideias relativas a vários domínios do conhecimento, sem que sejam especialistas nas áreas, os dois recorrem à memória e a ambos se exige que possuam uma cultura geral e específica, muito vasta e actualizada, o que requer uma permanente atitude de curiosidade por tudo o que os rodeia e o que se passa no mundo.

Raras são as actividades nos dias de hoje, estejam elas relacionadas à ciência ou tecnologia, finanças ou comércio, agricultura ou indústria, tribunais

---

[5] A Universidade de Genebra oferece um Curso de Tradução/Interpretação bi-etápico: os candidatos a intérpretes têm que possuir um certificado de aprovação no exame final de tradução e, de seguida, submeter-se a um exame de admissão ao curso de intérprete; A Universidade de Sorbonne Nouvelle oferece um curso de tradutores e intérpretes que funciona de forma paralela, sendo os alunos submetidos a exames finais diferenciados.

[6] Teoria Interpretativa – desenvolvida na Escola Superior de Intérpretes e Tradutores (ESIT) da Universidade de Paris III (Sorbonne Nouvelle) por Danica Seleskovitch e sua equipa. Os princípios teóricos, de início, focavam apenas a interpretação, tendo, posteriormente, sido aplicados à tradução.

[7] A este propósito Ladmiral (1979:16) refere que "*[n]o sentido restrito, distinguir-se-á o interpretariado, recentemente rebatizado de interpretação (...) - essa "Tradução oral" (...) da Tradução propriamente dita, incidindo sobre textos escritos. Embora haja um fundo de processos análogos subjacentes a estas operações diferentes, as escolhas de intérpretes e de tradutores não deixam de distinguir muito nitidamente os dois ramos.*"

de arbitragem ou controle de gafanhotos, que não se estendam para além das fronteiras de um país e, consequentemente, envolvam mais do que uma língua. Portanto, a interpretação não é mais restrita, como já o foi, a negociações diplomáticas e o intérprete pode vir a ser chamado para vir (...) actuar em qualquer área de actividade humana contemporânea.

SELESKOVITCH, Danica (1978:148)

Há, contudo, autores que defendem que estas actividades embora tendo aspectos comuns têm diferenças fundamentais que obrigam a uma formação mais adequada e que tenha em conta as especificidades de cada uma destas actividades. Assim, "*[e]ssas profissões gêmeas [tradução e interpretação] têm o mesmo objectivo, actuam com base nos mesmos princípios e são - ou podem ser-baseadas na mesma teoria. (...) A Tradução converte um texto escrito em outro texto escrito, enquanto a Interpretação converte uma mensagem oral em outra mensagem oral. Essa diferença é crucial"* (Seleskovitch, 1978:2). As diferenças referem-se à forma de operacionalização (Lederer 1994:1; Harris, 1981:154) porque, fonte de mensagem e resultado do processo, se dão em formas distintas - escrita e oral – conduzindo a diferenças operacionais.

Face às condições de trabalho específicas, ao intérprete exige-se que possua um excelente domínio tanto da Língua de Partida como da Língua de Chegada, um profundo conhecimento da cultura e do assunto a traduzir, podendo afirmar-se que esse conhecimento necessita ser superior ao do tradutor o que tem a ver com as próprias caracterísitcas do texto.

De facto,

[o] texto escrito é estático porque foi produzido no passado. O tradutor pode consultá-lo em seu próprio ritmo, a seu próprio tempo, utilizando os recursos que considerar necessários" mas,*"(...) para o intérprete, o processo de compreensão é muito mais complicado. Ele não tem tempo de usar diccionários ou consultar um especialista. A única maneira em que o intérprete pode afectar o processo de compreensão é tomando atitudes previamente, antes que a mensagem seja realmente comunicada, por intermédio da preparação exaustiva, tanto lexical como conceitual, a respeito do assunto envolvido.*

PADILLA, Presentatión B. e MARTIN, Anne (1992:196-197)

Uma outra diferença tem a ver com o ritmo de trabalho porque, apesar de o tradutor ter prazos, a interpretação acontece numa velocidade "*30 vezes maior*" (Seleskovitch, 1978:2), não havendo possibilidades de

revisão nem tempo para conferenciar com colegas ou especialistas sobre o assunto versado. O processo de análise e retenção do conteúdo difere significativamente pois que, na interpretação, o TP não está, indefinidamente, disponível para consulta e, na tradução, pode-se voltar repetidamente ao texto e proceder a revisões.

Para a Teoria Interpretativa a formação de tradutores e de intérpretes assenta em princípios básicos permitindo que possa ser efectuada, num primeiro estádio, em comum. Os princípios teóricos também são passíveis de um ensino/aprendizagem em conjunto. A partir da formação inicial, os cursos devem seguir rumos diferentes e currículos específicos que contemplem as exigências próprias de cada uma das actividades.

Cada instituição de ensino pode optar por um determinado *currículo* resultando numa panóplia de cursos os quais, segundo Christoph Renfer (1992) são passíveis de ser agrupados da seguinte forma:

1. Cursos de Interpretação e Tradução distribuídos por etapas consecutivas. Os candidatos a intérpretes têm que completar o curso de Tradução e candidatar-se ao exame de admissão ao curso de interpretação. (Universidade de Genebra)

2. Cursos de Interpretação e Tradução funcionando paralelamente mas com exames finais diferenciados. (Sorbonne Nouvelle)

3. "Modelo Y" em que existe um currículo comum básico que se bifurca após conclusão da formação básica. (Monterrey Institute)

4. Formação diferenciada em que a formação de intérpretes é feita a nível de pós-graduação ou em estágios intensivos em organizações internacionais. (Universidade de Westminster, Londres e União Europeu).

A proposta apresentada pela École Supérieure d'Interprètes et de Traducteurs" – ESIT da Universidade de Paris III (Sorbonne Nouvelle) consiste em organizar o ensino em duas secções diferentes sendo uma para a formação de intérpretes e outra para tradutores porque se considera que estas duas profissões são, muitas vezes, consideradas semelhantes *"(...) par la démarche intellectuelle mise en œuvre*" mas, na realidade, são "*(...) très différentes dans leurs modalités*".

O mesmo entendimento tem Gouadec que, na sua obra "*Profession: Traducteur*" (2002:25-30), apresenta vários argumentos para justificar que um tradutor não é um intérprete.

Em Macau, a formação tem seguido sempre uma linha de pensamento que considera poder a formação fazer-se em conjunto, ou seja, os vários currículos que têm sido e são propostos, partem do princípio da possibilidade de formar não só em conjunto mas também um profissional que possa exercer, em simultâeno, a actividade de tradutor e de intérprete. Por motivos históricos e condicionalismos de situação e dimensão geográfica, um profissional da área da tradução, quer do sector privado quer do público, poderá desempenhar a sua actividade como tradutor, mas terá, ao longo da sua carreira, variadas ocasiões em que necessitará de desempenhar as funções de intérprete e vice-versa. A dimensão dos serviços e das empresas não permite que estes possuam um corpo de intérpretes e outro de tradutores. Acresce ainda que o intérprete/tradutor nasceu de um pragmatismo e de uma urgência[8] de formação concreta a que foi preciso dar resposta, num curto espaço de tempo tendo a lei consagrado esta situação de um profissional que actua, simultaneamente, nas duas áreas, a da tradução e a da interpretação.

Será possível em Macau separar, a nível da formação, tradução e interpretação? E, no caso de ser possível, será essa a opção adequada face (1) às competências[9] dos alunos aquando do ingresso no Curso de Tradução/Interpretação e (2) às características e exigências do mercado da tradução?

Perante as divergentes opiniões e uma variada oferta de currículos importa reter que, independentemente do modelo adoptado, a formação deve contemplar o domínio de técnicas específicas e adequadas a cada um dos processos nada impedindo, no entanto, que um profissional possa ser intérprete/tradutor desde que tenha adquirido competências em ambas as áreas. No momento presente, o mais importante é que os futuros pro-

---

[8] Nos mais variados momentos históricos podemos verificar que condicionalismos vários levaram à tomada de decisões políticas, no campo educacional, tendo como finalidade "acorrer" a necessidades práticas sentidas pela sociedade de Macau. No caso dos tradutores, o governo criou um corpo de tradutores/intérpretes para satisfazer as suas próprias necessidades.

[9] Questão crucial cuja resposta tem a ver com a definição de requisitos de acesso à formação superior em tradução. Destacamos entre estas competências uma que consideramos fundamental: competência linguística nas línguas materna e estrangeira (língua de trabalho). Esta questão complexa, em Macau, necessita ser equacionada com cautela e num contexto mais abrangente, o qual, passa pelas políticas de bilinguismo e a necessidade de tradutores que assegurem a comunicação.

fissionais iniciem a sua actividade munidos *"(...) de instrumentos e bases atitudinais adequadas à mudança constante e à intensa revolução científica e tecnológica com que se deparam(...)*" e que sejam detentores de "*(...) capacidades autónomas de aprendizagem*", o que lhes irá permitir uma aprendizagem ao longo da vida e uma adaptação e flexibilização perante os constantes desafios do quotidiano profissional de um tradutor e/ou intérprete (Morgado e Martins, 2008:4).

IV Formação formal vs Formação prática

A análise da história da tradução, mais precisamente da formação de tradutores, leva-nos a questionar sobre o tipo de formação e o papel da teoria e da prática na formação do tradutor. Ao tentar responder a esta questão, autores como Owens, Theodor, Castellano, Baker, Chesterman e Lederer adoptam uma atitude radical e põem em dúvida a necessidade ou não de formação académica de um tradutor.

Owens questiona-se sobre se "*[o]s tradutores precisam de formação? Se sim, de que tipo de formação? Poderão aprender tudo o que necessitam em cursos formais, na prática profissional, ou necessitam de ambas?*" (Owens, 1996:27-43). Após uma aturada reflexão considera que existem, um pouco por todo o mundo, cursos de qualificação em tradução, no entanto, "*(...) this is not the only route – an employer may well opt to take on a novice and turn him into an apprentice*" (Owens, 1996:33). Há necessidade de cursos universitários de formação de tradutores "***[s]****uch courses will take translators from the novice to apprentice stage, given them a taste of what is involved and the expectations others will have of them, and provide them with some of the skills they will need during their working life*". O aluno que termina um curso não se pode considerar um profissional qualificado porque "*(…) the road is long and hard …and it's only just begun!". "Becoming a professional is not a matter of resting on your laurels, it's more a case of staying up-to-date, professionals should continue to invest in training and may even find themselves looking to learn new skills if they intend to go freelance*" (Owens,1996:42-43).

Ladmiral (1979:15) entende que a formação de tradutores se deve fazer em instituições de ensino superior, durante um período de três ou quatro anos e, na mesma linha de pensamento, Theodor (1983:25-26), considera que o tradutor não pode prescindir de uma boa formação universitária que lhe permita atingir uma sólida cultura geral e excelentes

conhecimentos de dois ou mais idiomas e, mais tarde, especializar-se em um campo específico.

Alguns autores, entre os quais Baker (1999), rejeitam que o tradutor se forme apenas através da formação académica formal e defendem que a tradução é uma arte que apenas requer aptidão, prática e conhecimento geral, considerando que a teoria é irrelevante para a actividade do tradutor[10]. A habilidade para traduzir ou se tem ou não se tem. Para esta autora (ibidem), um curso académico inclui sempre uma forte componente teórica a qual tem como função encorajar o aluno a reflectir no quê, como e porquê dos seus actos e nos métodos escolhidos para o desempenho de uma determinada tarefa. A formação formal tem como objectivo desenvolver uma atitude de reflexão, o que implica um profundo conhecimento dos objectivos a atingir e das ferramentas disponíveis. A formação teórica não é garantia de sucesso, mas o conhecimento teórico minimiza o risco envolvido em cada uma das situações e prepara o aluno para enfrentar o imprevisto, dá uma certa confiança pelo facto de a decisão ser baseada num conhecimento concreto e não na intuição; dá ainda as bases para avanços futuros na área visto representar um conjunto de conhecimentos partilhados e que podem ser aprofundados e alargados por uma comunidade profissional enquanto um todo, não apenas local mas global. Por outro lado, temos que ter em conta que "*(…) this type of theoretical knowledge is itself of no value unless it is firmly grounded in practical experience*" (Baker, 1999:2).

Castellano não é contra a formação académica formal mas afirma que:

(…) our profession is based on knowledge and experience. It has the longest apprenticeship of any profession. Not until thirty do you start to be useful as translator, not until fifty do you start to be in your prime. The first stage of the career pyramid – the apprenticeship stage – is the time we devote to investing in ourselves by acquiring knowledge and experience of life. Let me propose a life path: grandparents of different nationalities, a good school education in which you learn to read, write, spell, construe and love your own language.

---

[10] "São de facto muito numerosos os tradutores que não frequentaram os institutos de formação especializados e se formaram "a trabalhar", (Ladmiral,1979:17). Em Macau, a consulta da legislação relativa à formação de tradutores revela que existia a ideia de que os tradutores-intérpretes podiam ser formados na prática e com a supervisão dos mais experientes.

Then roam the world, make friends, see life. Go back to education, but to take a technical or commercial degree, not a language degree. Spend the rest of your twenties and your early thirties in the countries whose languages you speak, working in industry or commerce but not directly in languages. Never marry into your own nationality. Have your children. Then go back to a postgraduate translation course. A staff Job as a translator and then go freelance. By which time you are forty and ready to begin.

CASTELLANO, Lanna (1988:133)

Nord defende que é necessário tanto a teoria como a prática e que os alunos devem adquirir "*(…) the skills and abilities that are required in the profession (= practical knowledge), and they should know how describe them using the concepts and terms of some kind of theory (= theoretical knowledge)"* (Nord, 2000:34). Quanto à questão de saber quando a teoria e a prática devem ser introduzidas considera que se devem adoptar o "*(...) pig-tail method: starting out with a small portion of theory, which is then applied to practice, where the need for more theory becomes obvious, which is then satisfied by another portion of theory, and so on"* (idem).

Na visão de Gouadec "*(…) la traduction pratiquée dans le contexte scolaire et universitaire n'a strictement rien à voir avec la traduction professionnelle*" e, por isso, "*[l]es formations offrant des périodes de stage professionnel aussi longues que possibles (un an au total sur un cursus de trois ans semble devoir constituer un minimum)* " (Gouadec, 2002:289-368); porque só assim poderá garantir a aquisição das competências exigidas pela própria actividade. Assim, na avaliação de um curso o que conta são as competências que o aluno detém à saída, as quais se medem em função da taxa de inserção profissional e, isto, exige um grau de adequação entre a formação e as necessidades do mercado. Mesmo considerando que há uma adequação entre teoria e prática temos que estar conscientes de que a formação académica é necessária mas não suficiente, visto que, hoje "*[i]l ne suffit pas d'avoir une compétence technique. Il ne suffit pas de connaître les langues. Il ne suffit pas de savoir traduire. Aujourd'hui, le métier du traducteur et les métiers de la traduction exigent davantage que cela. Ceci ne signifie bien entendu pas que la formation spécifique de traducteurs constitue l'unique moyen d'accès à la profession mais, lorsqu'elle est bien construit et bien conduite, elle aide à s'y faire une bonne place*" (Gouadec, 2002 :301).

A tradução (Lederer, 2003:152-153) não precisa ser aprendida para ser praticada correctamente ou mesmo de forma brilhante porque mui-

tos tradutores são excelentes sem nunca terem frequentado um curso de tradução. Através da experiência, depois de muita tentativa e erro, um "*bom*" tradutor consegue criar um método, no entanto, a frequência de um curso permite aos futuros profissionais entrar no mundo do trabalho munidos com um método que lhes irá permitir evitar muitos erros.

A norma europeia EN15.038 estabelece que o acesso à profissão de tradutor se possa fazer por três vias: (1) curso superior (reconhecido) em tradução e/ou (2) um curso superior noutra área e, pelo menos, dois anos de experiência comprovada em tradução e/ou (3) um mínimo de cinco anos de experiência profissional comprovada em tradução. Embora colocando a formação de nível superior em primeiro lugar, não deixa, contudo, de aceitar que se possa ser tradutor sem nunca ter frequentado um curso superior de tradução ou mesmo qualquer outro curso superior, ou seja, admite o acesso à profissão de tradutor a indivíduos que se tenham formado pela prática.

Em Macau, os primeiros tradutores formaram-se, na prática, pelo exercício da actividade supervisionada pelos profissionais mais experientes e, até à integração da formação de tradutores no ensino superior, a prática teve sempre a primazia, tanto pelos estágios supervisionados como pela integração de técnicos, de reconhecidas capacidades na área da tradução, no corpo docente[11]. A partir da integração no ensino superior deu-se uma academização dos *curricula* sendo, actualmente, o corpo docente da Escola Superior de Línguas e Tradução (variante Tradução/Interpretação-Chinês-Português) constituído por académicos de carreira, alguns dos quais bilingues e com prática de tradução e interpretação. Acresce ainda que, durante os quatro anos do curso conferente do grau de licenciatura, não está contemplado nenhum período de estágio formal.

A ideia da não necessidade de frequência de um curso e de que para traduzir apenas é necessário saber línguas tem levado a que, por um lado, um grande número de pessoas sem qualquer tipo de conhecimentos so-

---

[11] Hoje em dia, várias são as vozes que defendem o envolvimento dos técnicos no ensino e a possibilidade de os professsores viverem "in loco" as necessidades das empresas, da comunidade. É necessário que os técnicos em exercício da sua profissão possam transmitir os seus conhecimentos aos alunos através da sua colaboração como formadores em situação formal de aulas e em estágios. Por seu lado, os professores deveriam ter a oportunidade de ter um conhecimento real das competências/capacidades que irão ser exigidas aos seus alunos de acordo com as saídas profissionais.

bre tradução se ofereça como tradutor porque é uma actividade que não requer nenhum investimento monetário inicial e que, actualmente, se pode praticar em qualquer lugar e hora sem que seja necessário conhecer, face a face, o cliente, e, por outro lado, o cliente considera muito elevado o preço a pagar pelas traduções aceitando hipóteses mais baratas e que lhe solucionem o problema com rapidez e o mínimo de qualidade. Em Macau, na área da Tradução Chinês/Português, a falta de tradutores para a elevada procura de serviços de tradução e/ou interpretação e o preço, considerado elevado pelo cliente, tem levado a que se recorra a soluções alternativas que passam pelo exercício da tradução por parte de pessoas sem formação específica nesta área.

Esta não necessidade de formação académica é defendida por alguns tradutores profissionais o que pudemos comprovar através do depoimento de Anne Vincent[12] (2008) em que nos relata a sua história pessoal para, de seguida, afirmar que não é necessário ter formação académica na área da tradução mas sim uma formação em qualquer outra área e uma grande apetência/entusiasmo para "*jogar*" com as palavras.

É nossa convicção que a formação académica é importante mas a detenção de curso de tradução (bacharelato, licenciatura ou mestrado) não é, em nosso entender, garantia para ser um "*bom*" tradutor. A formação do tradutor passa muito além dos bancos da universidade requerendo-se des-

---

[12] Num artigo intitulado " A Life Without Sunday Nights", publicado no Translation Journal, Vol. 12, nº 3, Julho de 2008, Anne Vincent relata como se tornou, acidentalmente, tradutora sem nunca ter frequentado um curso de tradução "Then a journalist friend asked me to translate an article for her because the editor who usually did it for her was too busy" Após vários anos a trabalhar como tradutora conclui que "There was no doubt in my mind that I could become a "real translator": I had just talked to dozens of live translators, many of whom acknowledged knowing just two or three languages, had never set foot at the United Nations and had never gone to "translation school." Clearly, all it took was a passion for words and a lifelong desire to learn". Por outro lado, transmite ainda a ideia de que os conhecimentos adquiridos numa area do conhecimento, que não a da tradução, contribuem para o desempenho do tradutor "Finally, the years of computer games and intellectual analysis at the bank had not been a dead end: all the financial knowledge I'd accumulated was going to feed my new passion". A sua convicção de que para se ser tradutor não é necessário ter um curso de tradução é tão forte que a leva a afirmar "Like a born again convert, I spent the next few years trying to persuade all my bilingual friends to give up their tame careers in teaching, in art, in banking: they could be free, they could get paid to sit down and play with words all day long!"

te profissional uma constante actualização, pelo que, mais do que ser tradutor, ele deve, ao longo de toda a vida, "*tornar-se tradutor*". O tradutor forma-se na teoria e na prática de tradução, mas as suas experiências pessoais e a capacidade de reflectir sobre a sua própria prática contribuem, em grande medida, para que se torne um verdadeiro tradutor. A formação de um tradutor demora muito tempo e depende, em grande parte, da atitude do próprio e da sua capacidade de aprender e viajar pelo mundo e pelas línguas e culturas que traduz, porque sem essa experiência prática, se munido apenas com os conhecimentos adquiridos na formação formal, não terá "*bagagem*" suficiente para empreender com sucesso a tarefa que lhe é confiada. O caminho é longo e exigente e tanto a formação académica como a auto-formação, a prática e a formação ao longo da vida são condições essenciais para o sucesso profissional.

V. curricula para a formação de um tradutor

Ninguém se torna poeta ou tradutor de um dia para o outro. É preciso uma longa ascese de dedicação e estudos, e, creio mesmo, um certo jeito para a coisa, algo que não se aprende nos livros, mas que habita, como um sexto sentido, o nosso interior. (...) mas sou dos primeiros a afirmar que o tradutor não tem necessariamente que falar as línguas que traduz. Deve, sim, conhecer em profundidade a estrutura delas, domar-lhes a semântica, aprender a identificar seus truques e peculiaridades. Há inúmeros exemplos de excelentes tradutores que eram incapazes de se exprimir em outras línguas. Na verdade, o grande instrumento do tradutor é o seu próprio idioma, que ele deverá dominar a ponto de saber adequá-lo aos vários registros vocabulares e fraseológicos dos textos que traduz. Requer-se ainda uma boa formação humanística que lhe permita situar-se por dentro dos assuntos versados. É claro que há mais coisas: a questão do estilo,(...)

BARROSO, Ivo (2001)

Nos dias de hoje, falar de conteúdos curriculares remete, inevitavelmente, para a discussão sobre as competências[13] que se pretende que os alunos adquiram durante a formação, isto é, que habilidades contemplar

[13] É necessário construir um "referencial de competências" (Depover e Noel, 2006 :123), isto é, definir o que os aprendentes serão capazes de fazer, no final do seu processo de formação, e dar-lhe a apreensão global do mundo que o rodeia.

no desenho curricular para que os alunos, no final da sua formação, possam ter acesso ao mercado de trabalho e, posteriormente, sejam profissionais de sucesso que contribuam para o desenvolvimento da sociedade onde estão inseridos e, simultaneamente, se sintam realizados, enquanto pessoas que estão a construir o seu projecto individual de vida.

Entende-se, hoje, que a educação pode, em parte, ser avaliada pela sua *"eficácia externa"* que consiste em medir os efeitos económicos, sociais e culturais da educação através de indicadores, tais como, a empregabilidade dos recém formados, a adequação dos dispostivos de formação geral e profissional *"(…) par rapport au marche de l'emploi, du rôle des pouvoirs publics et des entreprises privées dans la préparation à l'entrée dans la vie professionnelle mais aussi, d'une manière plus générale, en ce qui concerne la préparation des sortants du système scolaire à leur rôle social et culturel de citoyen*" (Depover e Noel, 2006:91-92).

No caso em estudo, a história da tradução, mostra-nos que, em todas as épocas, vários autores se têm debruçado sobre o acto de traduzir numa tentativa de identificar as competências que o profissional deve possuir para desempenhar com sucesso as suas tarefas. As respostas têm sido várias[14] e dependem muito do que cada um dos autores entende ser o acto de traduzir mas, todos concordam que esta é uma área muito exigente e que o profissional da tradução tem que possuir um leque, muito abrangente, de competências que lhe permitam ser persistente e levar a bom porto os projectos de tradução que lhe são confiados. Esta finalidade tornou-se num enorme desafio colocando-se, hoje, o problema de a escola, face à mudança vertiginosa e à desactualização do conhecimento, ter que formar profissionais com as competências necessárias para o presente mas também para um hipotético futuro que ainda mal se consegue vislumbrar. Numa sociedade global a área do desenho curricular sente a pressão, cada vez maior, visto que se pretende que o currículo vá de encontro a vários factores: exigências específicas da área em estudo (neste caso tradução e interpretação), expectativas dos alunos e necessidades dos mercados[15] em que os futuros profissionais irão desenvolver a sua actividade.

---

[14] De facto são inúmeros os autores que apresentam um conjunto de competências que consideram ser essencial desenvolver durante a formação do tradutor pelo que fazemos referência a algumas dessas propostas, em particular, as do Grupo PACTE e as da Norma Europeia (EN 15038).

[15] Se até 1999 os alunos apenas tinham como expectativa e certeza de ingresso na Administração Pública de Macau, no período pós Transferência de Soberania a política de incentivo aos contactos com os Países de Língua Oficial Portuguesa (PLP) levou ao

As a consequence of the rapid, extense, profund and sustainable changes brought about by the Information Age, the field of transltation – both as a profession and as a scientific discipline – has been irreversibly altered. This alteration, wich in fact constitutes a paradigm shift, is a very complex one; one that include changes both in the nature of the translation work itself and in the working methods translators must adopt.

AUSTERMÜHL, Frank (1999:439)

Ao pensarmos numa determinada profissão a primeira ideia que cruza a nossa mente consiste em tentar desenhar um perfil do profissional, isto é, identificar o conjunto de competências que a pessoa deve possuir para poder integrar uma determinada comunidade profissional. Antunes, a partir da proposta apresentada em 2005 por Gardner e Schulman, considera existir um grupo de competências comuns a todas as profissões:

1. Dedicação em servir os interesses dos clientes em particular e o bem-estar da sociedade em geral (evitanto os, cada vez mais frequentes, conflitos de interesses);

2. Um corpo de teoria e de conhecimento estruturado;

3. Uma abordagem estruturada de aprendizagem pela experiência quer individual quer colectiva, ou seja, o crescimento do conhecimento no contexto da prática profissional. Daí a ideia da aprendizagem ao longo da vida, e da necessidade, exigida pela sociedade, da verificação desse conhecimento;

4. Capacidade de fazer juízos em condições de incerteza ética e técnica;

5. Um conjunto especializado de aptidões profissionais, práticas e d*esempenhos únicos na profissão;*

6. O desenvolvimento na comunidade profissional da responsabilidade pela vigilância e monitorização da qualidade da prática e educação profissionais.

ANTUNES, João Lobo (2007:45)

Cada profissão exige, para além das competências gerais, um conjunto de competências específicas e, relativamente à formação do tradutor, Gouadec (2002 : 293-294) coloca a questão de saber **Quem deve ser tra-**

---

aparecimento de novos mercados de trabalho para os profissionais, no entanto, a Administração continua a ser um mercado de oferta de trabalho para os tradutores.

dutor? propondo-nos que, antes de tomar uma decisão, todo aquele que pensa ser tradutor desenvolva um processo de reflexão sobre os motivos que o levam a optar por esta profissão e sobre as suas próprias características e capacidades pessoais. Para servir de guia a esta reflexão, este autor elabora um conjunto de questões às quais todo o candidato a tradutor deve responder antes de ingressar num curso de formação em tradução.

Quadro 1 – Quem deve ser tradutor? (Guia de auto-reflexão proposto por Gouadec)

Nº	Affirmations	Vrai	Faux
1.	La traduction, c'est une véritable vocation.		
2.	Je suis passionné par tout ce qui touche à l'informatique.		
3.	Je n'abdique jamais : je trouve toujours la solution.		
4.	J'adore tout ce qui est technique.		
5.	Je supporte parfaitement le stress et le travail sous pression.		
6.	Je suis très organisé(e) et méticuleux/se.		
7.	Des journées de 14 heures ne me font pas peur.		
8.	Le travail d'équipe me convient tout à fait : j'adore négocier.		
9.	J'accepte volontiers que l'on critique mon travail.		
10.	Internet, c'est géant!		
11.	Je suis très débrouillard(e) et n'ai pas froid aux yeux.		
12.	Je suis prêt(e) à sacrifier (une partie de) mes vacances.		
13.	Je m'adapte à toutes les situations.		
14.	Je suis curieux/curieuse de tout.		
15.	Je suis perfectionniste.		
16.	Je suis prêt(e) à bouleverser mes plannings à tout moment.		
17.	J'aime bien le contact avec les autres, même s'il est un peu tendu.		
18.	Je veux un métier qui oblige à se remettre sans cesse en question.		
19.	Traduire des documents fastidieux ou sans intérêt ne me dérange pas.		
20.	J'adore les langues.		

Fonte : Gouadec, 2002:293-294.

O comentário sobre os resultados do inquérito elucidam, de forma clara, sobre as competências que, segundo Gouadec, são necessárias para ser um « bom[16] » tradutor.

Assim,

20 fois «vrai» *: toutes les qualités essentielles requises du futur traducteur sont réunies et, si c'est dans le même ordre, tant mieux!;* ***1 fois «faux»*** *à l'une des dix premières affirmations: les choses s'annoncent plutôt bien* », no entanto, « ***2 fois «faux»*** *dans les dix premières affirmations : pronostic réservé;* ***3 fois «faux»*** *dans les dix premières affirmations : la traduction professionnelle n'est sans doute pas la meilleure voie d'épanouissement professionnel et personnel.*

GOUADEC, Daniel (2002 :295)

Acrescenta que as nove características (números 11 a 19) não são determinantes porque "*l'expérience prouve que tout traducteur qui les présente pas d'emblée les acquiert vite ou s'y fait vite*" e que "*[l] a dernière caractéristique est citée pour mémoire. Il va de soi que tout (futur) traducteur adore les langues*" (Gouadec, 2002:295).

Gouadec (2002:31) refere que se fosse possível traçar um retrato robot de um tradutor ele deveria ser um excelente linguista, bom redactor, curioso de tudo o que tem a ver com a técnica, movido por uma forte curiosidade, paciente, metódico e rigoroso, grande conhecedor e utilizador dos meios informáticos, atento ao seu contexto (clientes, colegas, especialistas de diferentes áreas, etc.) e, se possível, um especialista de uma ou duas áreas técnicas. Partindo desta ideia, a formação tem que partir do pressuposto de que todo o tradutor deve ser excelente nas suas línguas de trabalho, dominar as técnicas de documentação e de pesquisa, da terminologia, fraseologia e ter uma sólida bagagem técnica transversal (cultura geral

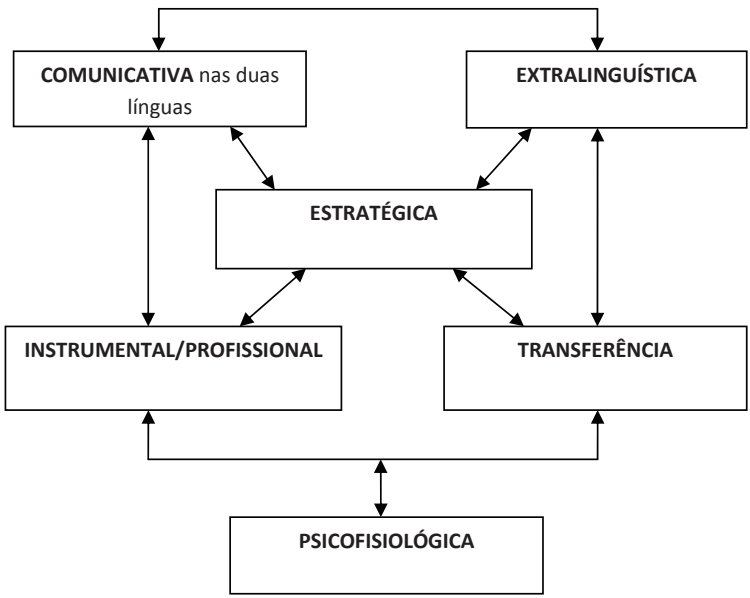
---

[16] Para Gouadec (2002:295) os bons tradutores têm pelo menos cinco características: domínio das línguas em causa; são ou virão a ser bi-culturais (no sentido amplo do termo cultura, que engloba a cultura técnica bem como a cultura da empresa); domínio (por formação ou por esforço de aquisição) da(s) área(s) que traduz; conscientes do que significa "traduzir" bem como do que pressupõe, exige e implica; não se preocupam em se comparar com os colegas mas fazem o seu trabalho de forma profissional. Este autor, entende que as qualidades dos tradutores variam consideravelmente segundo as circunstâncias e cada um deve procurar o tipo de tradução que lhe convém.

técnica, tecnologia, científica, económica, etc.), dominar as técnicas, métodos e procedimentos da tradução e o conjunto de instrumentos materiais e informáticos com que se depara no exercício da sua actividade, ter conhecimento de gestão de projectos, conhecer os comportamentos a adoptar nas relações profissionais, etc.

Em 2003, o Grupo PACTE apresentou o Modelo de Competência Tradutora (Translation Competence Model):

Figura 1- Modelo de Competência Tradutora (PACTE:2003)



Este modelo[17] defende que todo o tradutor deve possuir um conjunto articulado de competências sem as quais não poderá empreender, com sucesso, o acto de traduzir.

Também a União Europeia fez aprovar a Norma Europeia - EN15038[18] - para os Serviços de Tradução onde se define que o tradutor

---

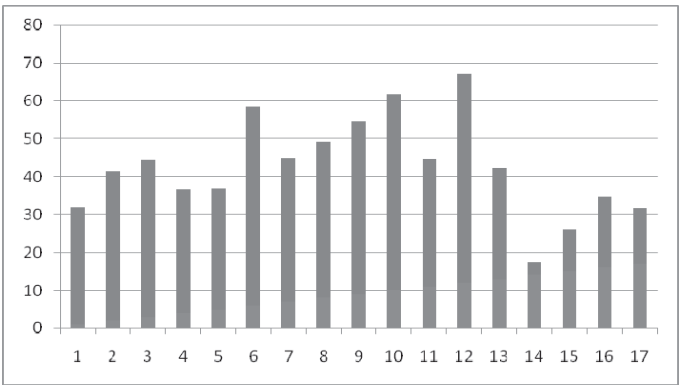
[17] Traduzido e adaptado com base no "Translation Competence Model (2003), PACTE).

[18] Na Norma europeia EN15038 indicam-se os requisitos básicos para o TSP (Translation Service Provider) relativamente aos recursos técnicos e humanos, gestão e política ou práticas de qualidade, gestão de projectos, estrutura contratual, a relação cliente/TSP,

deve ter competências: (1) profissionais (translatórias), (2) linguística e textual nas Língua de Partida e Língua de Chegada, (3) de investigação, aquisição e processamento de informação, (4) cultural e (5) técnica.

Gonçalves e Machado, (s/d), apresentam um conjunto de *"(...) categorias de subcompetências identificadas (...)*" de acordo com a frequência de ocorrência.

Gráfico 1– Categorias de Competências/Frequência de Ocorrência[19]



Legenda:

COMPETÊNCIAS:

(1) linguística na língua materna; (2) linguística prévia na(s) língua(s) estrangeira(s); (3) linguística a ser desenvolvida na(s) língua(s) estrangeira(s); (4) pragmática e sociolinguística na língua materna; (5) pragmática e sociolinguística na(s) língua(s) estrangeiras(s);

CONHECIMENTOS:

(6) de ambas as culturas das línguas de trabalho; (7) temáticos; (8) terminologia; (9) declarativos sobre tradução; (10) relacionado com a

---

bem como os procedimentos envolvidos na prestação de um serviço de qualidade, abordando parâmetros e rubricas diferenciadas, como, por exemplo: serviços de valor acrescentado, localização, gestão de projectos, gestão da qualidade, pré-edição, pós-edição, revisão, relatório de acompanhamento do projecto, guia de estilo, entre outros.

[19] Quadro elaborado a partir das informaçãoes obtidas no artigo publicado pelos autores referidos e disponível online: em: http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/viewFile/6856/6408 (10/09/08).

prática profissional; (11) relacionados com o uso de fontes de documentação; (12) tecnologias que podem ser aplicadas à tradução; (13) operativos/ procedimentais sobre tradução; (16) contrastivos;

ASPECTOS:

(14) cognitivos; (15) meta-cognitivos; (17) emocionais/subjectivos.

Estes autores desenvolveram um projecto de pesquisa e "*[c]om base nos textos lidos, fichados e discutidos, produzimos um mapeamento bastante abrangente que pretendeu identificar e sistematizar as diversas categorias de conhecimentos, habilidades e subcompetências relacionadas à Competência Tradutora*".

Entre as várias competências e, para além das linguísticas, não só na língua materna como na(s) língua(s) de trabalho, há um conjunto de competências e/ou conhecimentos que se destacam: (1) tecnologias aplicadas à tradução (maior número de referências), (2) prática profissional, (3) conhecimento de ambas as culturas e (4) conhecimentos declarativos sobre Tradução.

Também, a propósito das competências necessárias a um diplomado em tradução, Silva (2006) refere que, a nível geral, o saber investigar de forma autónoma, comunicar e aplicar os conhecimentos em diversas situações se constituem como conhecimento imprescindível. Ainda para este autor, hoje, o tradutor necessita de dominar um conjunto de competências específicas que vão desde o domínio das línguas de trabalho e respectivas culturas, tradução de textos técnicos e científicos, tradução assistida e automática (teoria e prática) e desenvolvimento de estratégias para a sua optimização, pesquisa, aquisição e tratamento da informação, gestão de projectos e controlo da qualidade, gestão de bases de dados terminológicos e de memórias de tradução, revisão e edição de textos, conhecimento de técnicas básicas de composição, paginação, normalização e revisão de documentos electrónicos, interpretação e análise de texto audiovisual e multimédia, lengendagem de textos audiovisuais e domínio do processo de Tradução audiovisual, teorias do domínio da semiótica, domínio dos conceitos de globalização, internacionalização e localização, inclusive de textos multimédia, e resolução de problemas éticos e deontológicos.

Assim, no final da sua formação académica, o aluno dever ter adquirido competências que lhe permitam uma progressão autónoma nas áreas de especialização e línguas especializadas e nas questões tecnológicas

relacionadas com a profissão. Perante este cenário, torna-se, portanto, premente desenvolver capacidades de aprendizagem autónoma através de experiências sociais de cooperação, de forma a assegurar que os tradutores possam continuar a aprender após a conclusão dos cursos de formação.

Owens (1996:27-43), ao tentar responder à questão - *O que "faz" o bom tradutor*?, afirma que para ser um profissional competente o indivíduo, que opta por esta profissão, deve possuir um conjunto de qualidades inatas e adquirir, através da formação e da prática, um outro grupo de competências. "*Translation is a job for intelligent people!*", assim, no que se refere às qualidades inatas o tradutor tem que ser inteligente, rápido na compreensão, inquisidor e atento (para descortinar os significados subentendidos), flexível, motivado, possuir capacidade de iniciativa (para resolver os "*problemas*" que vão surgindo no exercício da sua actividade), apetência para línguas, possuir um bom nível de cultura geral e conhecimentos especializados. Os tradutores, quase sempre, trabalham sob pressão e com prazos apertados tendo que desenvolver uma flexibilidade que lhes permita "*saltar*" de um trabalho para outro, suspender algo que tem em mãos para atender a uma emergência, interromper o seu próprio trabalho para rever o de um colega, etc. Existe todo um conjunto de competências que podem ser adquiridas, tanto na formação como no exercício da actividade, e que têm a ver com a resistência física e mental que lhe permita trabalhar durante longas horas, método de trabalho aliado a uma boa gestão de tempo e capacidades de organização de forma a simplificar processos, o que irá imprimir maior rapidez e qualidade. Nos nossos dias, o tradutor tem que desenvolver capacidades de pesquisa e de trabalho sob pressão e com rapidez bem como de absorver, num curto espaço de tempo, nova informação. Owens destaca a motivação afirmando que esta assume uma posição primordial quando se quer ultrapassar a mediocridade - "*Translators have to enjoy translating*".

Nord (2000) chama a atenção para a necessidade de se garantir que os alunos ao iniciarem a parte prática já possuem um nível satisfatório de competências linguística e cultural, que sabem usar os principais instrumentos de ajuda à tradução e que possuem conhecimentos teóricos dos conceitos básicos de tradução e de comunicação intercultural que lhes permitam analisar os processos e as estratégias de tradução usados por si próprios e pelos outros.

Neubert considera que a prática da tradução e, consequentemente, o ensino da tradução, apenas exige uma única competência a qual inclui todo

um conjunto de outras competências, tais como, a competência linguística em ambas as línguas. Este autor considera que existem competências comuns a comunicadores e tradutores mas, "*transfer competence is the distinguishing domain of a translator (...) dominates over all the other competences, i.e. transfer skills integrate language, text, subject and culture knowledge with the sole aim of satisfying transfer needs*" (Neubert, 2000:3-18).

Para se definir a competência tradutora é necessário reflectir sobre uma série de factores contextuais relacionados com o conhecimento e as capacidades que se exigem ao tradutor, como por exemplo, a complexidade, heterogeneidade, tipo de conhecimento específico, visto que, é impossível um tradutor dominar todas as temáticas em que trabalha.

Relativamente a Macau, Huang[20]afirmava que o "(...) *tradutor deve ser profissionalmente qualificado e competente*" e, para tal, "*deve ter pelo menos um bom nível bilingue e bicultural porque a Tradução é sempre uma actividade bilingue e bicultural*", por isso, deve-se "*exigir ao tradutor que domine tanto a língua de partida como a língua de chegada*". Para além destas competências o tradutor "*deve ainda ser rico em conhecimentos culturais e científicos, (...) compreender bem os critérios básicos de Tradução (...) deve ter um elevado sentido de responsabilidade e uma atitude séria para com o trabalho*". Huang faz depender a qualidade da Tradução do "*nível académico, experiência e prática, esforço e sentido de responsabilidade*", perante o autor do texto e o leitor, do tradutor (Huang, 1999:237-238).

Cheng[21] (2004) identifica algumas das "necessidades" dos alunos de Macau do Curso de Tradução Chinês/Inglês da Escola Superior de Línguas e Tradução que pensamos serem comuns ao Curso de Tradução/Interpretação-Chinês/Português. No seu entender, o curso deveria integrar literatura, história da cultura Chinesa, história da cultura Inglesa (no nosso caso Portuguesa) estudo da cultura de ambos os países, estudo introdutório de diferentes áreas (turismo e comércio), estudo de assuntos da actualidade, etc.

Segundo Posner & Rudnitsky (2001), qualquer actividade de desenvolvimento curricular deve assentar numa clara definição dos propósitos

---

[20] Huang Huixian era, na altura, assistente no Curso da Escola Superior de Línguas e Tradução do IPM.

[21] Docente do Curso de Tradução/Interpretação-Chinês-Inglês da Escola Superior de Línguas e Tradução do IPM.

e objectivos porque só a partir de uma visão objectiva e interiorização dos aspectos fundamentais é que estaremos em condições de nos podermos concentrar nas características essenciais da área em estudo, no aluno e nos utilizadores finais do nosso "*produto*".

A Proposta do Conselho Europeu das Línguas[22], (European Language Council 2003c, 2-3), parte do pressuposto de que, (TNP, 1999) o conceito e a estrutura dos cursos, de formação na área da tradução, devem assentar em dois princípios fundamentais: (1) aproximação à realidade profissional e o da (2) defesa dos princípios de cientificidade.

De acordo com as recomendações de Nairobi, os cursos de tradução devem ser distintos da formação em línguas, o conhecimento prévio das línguas de trabalho deve ser um pré-requisito de admissão, deve ser implementado um equilíbrio entre teoria e prática e os cursos devem ser flexíveis de modo a acompanharam as inovações tecnológicas, temáticas, profissionais e os novos meios e modos de tradução.

Segundo as recomendações do TNP o objectivo da formação em tradução consiste, primordialmente, em desenvolver nos alunos as seguintes competências: de tradução, de tradução de produtos informáticos e materiais audiovisuais, profissional e teórico-prática.

O TNP apresenta um plano (curso padrão), que considera ser um meio para "*a formação ideal de tradutores*", com a duração de 4 anos e composto por 25 unidades curriculares, recomendando que as várias instituições o adaptem de acordo com os seus objectivos.

Como temos vindo a realçar e na linha de pensamento das mais recentes teorias curriculares, esta adaptação de um modelo de referência deve contar com a colaboração e ser o resultado de um processo de ne-

---

[22] Em 1999, o Conselho Europeu das Línguas, através do Thematic Network Project in the Area of Languages I (TNP1), criou uma área dedicada especificamente à tradução e interpretação: o "Sub-Project 7: Translation and Interpreting, including the 'Training of Trainers' strand". A Comissão Científica levou a efeito várias acções cujos resultados foram publicados em 3 documentos: (1) "National Reports on the Training of Translators and Interpreters" (European Language Council 2003a) – caracterização da situação da tradução e interpretação na União Europeia; (2)"Final Recommendations" (European Language Council 2003b) – recomendações gerais para a formação de tradutores e intérpretes; (3) "Course Profile Recommendations" (European Language Council 2003c) – modelos de 3 cursos da área da tradução/intepretação sendo que um destes cursos é específico para o ensino/aprendizagem da tradução.

gociação entre todas as partes interessadas, isto é, decisores de políticas educacionais, alunos, docentes, agentes do mercado da tradução e a comunidade de tradutores (associações de tradutores e, sempre que estas não existam, profissionais com larga experiência da actividade).

Quadro 2 - Proposta Curricular TNP – Formação Ideal de Tradutores

1º Ano	
Análise e Produção de Texto: Análise de texto do ponto de vista da tradução e técnicas de tradução de diferentes tipos de texto para diferentes destinatários.	**Linguística Comparativa I:** Estudo comparativo (línguas A<->B/C) de textos do ponto de vista gramatical, fraseológico, semântico e estrutural.
Culturas e Temas da Actualidade I: História, literatura, instituições políticas, enquadramento legal, económico e social e outros aspectos da vida dos PLE (B e C) contrastados com os da língua A.	**Introdução ao Processamento de Dados e às Ferramentas de Tradução:** Introdução à informática na óptica do utilizador e às ferramentas básicas da tradução.
Introdução às Técnicas de Tradução: Relações entre o DP e o DC e análise de problemas lexicais, culturais e textuais.	**Cultura Europeia:** Introdução às instituições, políticas, funções, perspectivas e problemas da UE e ao seu papel como potencial empregador.
2º Ano	
Técnicas de Redacção e Revisão do Texto: Análise do texto do ponto de vista da tradução e desenvolvimento de técnicas de redacção e revisão de texto.	**Linguística Comparativa II:** Estudo comparativo (línguas A<->B/C) de textos autênticos e representativos, do ponto de vista gramatical, fraseológico, semântico e estrutural.
Culturas e Temas da Actualidade II: História, literatura, instituições políticas, enquadramento legal, económico e social e outros aspectos da vida dos PLE (B e C) em contraste com a língua A.	**Introdução à Profissão:** Estatuto jurídico do tradutor, contratos, remuneração, organismos profissionais, responsabilidades, licenças, certificação, etc.
Tradução Geral I: Aplicação da análise, tipologia e produção de texto do 1.º ano à tradução de textos assistida por computador.	**Metodologia da Tradução:** Fases do processo de tradução e métodos, problemas e modos de transposição dos conteúdos de um texto da LP para a LC

<table>
<tr><td colspan="2">Introdução à Teoria da Tradução e Investigação sobre Tradução: Introdução à história da tradução, teorias da tradução, abordagens ao processo de tradução e métodos de investigação em tradução.</td></tr>
<tr><td colspan="2">3º Ano</td></tr>
<tr><td>Tradução Geral II: Técnicas de tradução assistida por computador. Tradução de diferentes tipos de texto para públicos diferentes e com finalidades diferentes. Introdução à gestão de projectos de tradução.</td><td>Técnicas de Interpretação: Técnicas de interpretação, retórica e tradução à vista</td></tr>
<tr><td>Documentação e Terminologia: Princípios de terminologia e princípios e problemas de normalização, documentação e terminologia</td><td>Temas de Especialidade I: Introdução a um ou mais domínios da especialidade (Economia, Direito, Ciência e Tecnologia, Medicina, etc.)</td></tr>
<tr><td>Técnicas de Tradução Especializada I: Introdução à tradução especializada, à função dos conhecimentos especializados, às estratégias de identificação terminológica, aos tipos de texto em localização e à gestão de projectos de localização.</td><td>Teoria da Tradução II: Abordagens e teoria avançadas de tradução e avaliação crítica do seu valor no processo e nas finalidades da tradução.</td></tr>
<tr><td colspan="2">Ética Profissional: Estudo da relação entre cliente e tradutor: tipos de clientes e suas necessidades, responsabilidade perante os clientes e limites dessa responsabilidade.</td></tr>
<tr><td colspan="2">4º Ano</td></tr>
<tr><td>Tradução Geral III: Tradução avançada, assistida por computador, de textos com diferentes finalidades; estudos de caso; gestão de projectos avançada.</td><td>Gestão Terminológica: Terminologia para a tradução, termos em contexto, criação de glossários, investigação terminológica, gestão de bases terminológicas multilingues.</td></tr>
<tr><td>Temas de Especialidade II: Estudos avançados de Economia, Direito, Ciência e Tecnologia</td><td>Tradução Especializada II: Tradução avançada de textos especializados, identificação dos conhecimentos culturais e especializados, tipos e formas de investigação de textos de especialidade</td></tr>
<tr><td colspan="2">Ferramentas Avançadas de Tradução: Memórias de tradução, tradução automática, pré e pós-edição de texto.</td></tr>
</table>

Ao comparar os resultados apresentados pelo TNP como a Norma Europeia vemos que ambos definem as competências mínimas que todo o profissional deve possuir.

Quadro 3 – Competências TNP vs Competências EN15.038

CURSO DE «TRADUÇÃO» DO TNP	NORMA EN 15.038
competência na língua materna	**competência linguística e de redacção nas LP e LC** (conhecer os géneros de documentos da linguagem do dia-a-dia e de áreas e sub-áreas de especialidade; saber aplicar os conhecimentos de género na produção dos DC), saber realizar diversos tipos de verificação e revisão
Competência na(s) língua(s) estrangeira(s)	
competência cultural/temática	**competência cultural** (saber utilizar a informação sobre os locais , os comportamentamentos e os sistemas de valores das CP e CC)
competência de tradução (compreensão do DP e sua finalidade; transposição do DP para a LC; investigação documental e terminológica; utilização de novas tecnologias)	**competência de tradução** (compreender o DP; produzir o DC, segundo as instruções do cliente) **competência de investigação e de gestão da informação**
competência de tradução de produtos informáticos e materiais audiovisuais	**competência técnica** (conhecer e saber utilizar, de forma eficaz, as ferramentas de investigação e as fontes de informação existentes)
competência profissional	saber preparar e produzir traduções de nível profissional, utilizando os recursos técnicos disponíveis
competência teórico-prática	saber justificar os resultados (da tradução perante o cliente)

Podemos ver que existe uma matriz comum a todos os autores relativamente às competências a desenvolver durante a formação, contudo, em nosso entender, é necessário proceder a uma análise das competências prévias que o aluno deve possuir antes de ingressar num curso de tradução, ou seja, temos que ter presente os requisitos[23] exigidos aos candidatos

[23] Os alunos chegam ao ensino superior com conhecimentos muito díspares, principalmente no domínio de línguas o que constitui um desafio para as instituições de ensino superior que se sentem "obrigadas" a desenhar um curriculo que tenha em conta a heterogeneidade dos seus alunos.

para o ingresso numa formação académica inicial de tradutores. Este é um dos aspectos fundamentais e que tem que ser equacionado antes de se proceder a qualquer desenho curricular visto que o currículo a propor aos alunos tem que ser elaborado de acordo com as competências que estes possuem antes do ingresso.

A prática das várias instituições de ensino comporta uma grande heterogeneidade que vai desde a aceitação de alunos sem qualquer conhecimento de uma língua estrangeira até à exigência de "*mestria*" na língua materna e domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira.

Das várias propostas que têm sido apresentadas, em diferentes épocas e partes do mundo, há uma que consideramos pertinente e que tem vindo a ser experimentada em instituições de ensino de renome na área da formação de tradutores, por exemplo na União Europeia, e que consiste em oferecer a pessoas com uma formação numa determinada área, que não a da tradução – juristas, economistas, engenheiros, médicos, etc, - a possibilidade de frequentarem um ciclo de estudos, a nível de mestrado, que lhes permita adquirir as competências tradutológicas necessárias à sua comunicação com parceiros de outros países ou enveredar pela carreira de tradutor numa determinada área de especialização. De realçar que esta não é a prática institucional, em Macau, porém, constactámos que existe um número significativo de pessoas com formação superior noutra área, principalmente com a licenciatura em Direito e/ou Administração Pública, que optam por frequentar o Curso de Tradução/Interpretação do IPM. Também a UMAC criou um curso de mestrado, na área da tradução, não definindo como requisito de ingresso a licenciatura em Tradução.

Em Macau, desde o início, que se têm tentado várias soluções em grande medida devido à escassez de candidatos sendo, por isso, um aspecto que, em nosso entender, se torna urgente discutir a formação de tradutores em Macau.

De forma sucinta podemos referir que as competências que, em nosso entender, são essenciais para o exercício da profissão de tradutor são: (1) mestria em línguas, (2) cultura da(s) língua(s) de trabalho, (3) cultura geral e específica, (4) técnicas de tradução, (5) aprendizagem autónoma e espírito de curiosidade, (6) novas tecnologias da informação e da comunicação, (7) mediação e negociação intercultural e (8) liderança e trabalho de equipa.

Estas são competências gerais às quais se deve juntar um outro conjunto de competências específicas que vão de encontro a um contexto real com características e exigências próprias. No caso de Macau, não podemos perder de vista que os futuros profissionais terão de adquirir um conjunto de competências que lhes permita ser, em simultâneo, intérprete e tradutor, de Português para Chinês e vice-versa, e que, na sua grande maioria, irão ter que traduzir em todas as áreas e, em especial, nas da administração pública e do direito.

VI Conclusão

Não há dúvida que, nas últimas décadas, se verificou um enorme desenvolvimento na formação de tradutores tendo, para tal, contribuído, em grande medida, a Globalização. Também não é demais referir que a actividade do tradutor tem vindo a sofrer alterações profundas, tornando-se urgente reflectir sobre o tipo de formação de tradutores e a sua adaptação à nova realidade, ou seja, estas transformações obrigam a um (re) pensar e a uma busca de novos modelos de ensino/aprendizagem que conduzam a uma formação de tradutores capazes de desenvolver a sua actividade profissional, com um nível de sucesso satisfatório. As exigências que, actualmente, se perfilam perante o tradutor obrigam a que este desempenhe uma multiplicidade de tarefas e domine um conjunto de ferramentas informáticas criando, por isso, a necessidade de reformular os currículos e adequá-los às exigências do mercado de trabalho da tradução. O acto de traduzir é uma actividade altamente exigente e sofisticada que requer um intelecto ágil e uma formação multidisciplinar.

O tradutor, tal como todos os outros, precisa adquirir competências sendo necessário e útil reflectir sobre o conjunto de competências que devem ser ensinadas/aprendidas durante a formação inicial para que o desenho curricular não só responda mas, também, antecipe a resposta às exigências que o tradutor irá enfrentar durante a sua actividade.

A nível específico, (Bizarro e Escaleira: 2006) o tradutor tem de enfrentar desafios vários, de tal modo marcados pela inovação que se tornaram impossíveis de prever durante a formação, sendo essencial desenvolver nos alunos competências de auto-aprendizagem, de comunicação e adaptação às exigências, sempre em mudança, do mercado de trabalho. As leis de mercado ditaram novas exigências profissionais, relativas ao

perfil e às competências a desenvolver no tradutor, que exigem uma profunda redefinição da natureza e função da formação. "*Translator competence does not primarily refer to knowing the correct translations for words, sentences or even texts. It does entail being able to use tools and information to create communicatively successful texts that are accepted as good translation within the community concerned*" (Kiraly, 2000:13-14). Ao tradutor (Kiraly:2000) não basta a competência tradutora porque para ser bem sucedido, o tradutor, de hoje, deve conhecer as ferramentas tecnológicas disponíveis e utilizá-las para aumentar a sua produtividade e a qualidade das suas traduções; ser capaz de se familiarizar com novos assuntos e dominar novas modalidades de tradução de maneira rápida e eficiente; conseguir identificar e observar as normas e convenções vigentes nas novas comunidades discursivas que deseja integrar; estar preparado para justificar suas opções e escolhas tradutórias, caso venha a ser questionado; saber trabalhar em conjunto com outros tradutores e com especialistas.

Para dar resposta a estas exigências, no seguimento dos trabalhos de Vygotsky, Piaget e Rorty, surgem novas abordagens, na formação de tradutores, que colocam a ênfase na aprendizagem colaborativa e defendem que o conhecimento, na sua essência, é sobretudo uma construção social, ou seja, é um processo de perdas e de ganhos, no qual são desenvolvidos mecanismos de compensação, negociação e compromisso, que depende em grande parte da interacção entre os indivíduos.

A teoria e a prática (Campos, 1986:26-27) demonstram que não basta o conhecimento, razoável ou mesmo perfeito, de uma língua estrangeira para se ser bom tradutor porque a tradução requer do tradutor que, para além do conhecimento linguístico (língua materna e, pelo menos mais duas línguas estrangeiras), possua uma profunda cultura geral que "*cada profissional irá aos poucos ampliando e aperfeiçoando*" de acordo com os seus interesses e o sector em que desenvolve o seu trabalho.

De forma resumida mas peremptória o autor mostra-nos que a formação de um tradutor é um acto de responsabilidade e um enorme desafio para qualquer instituição de ensino porque, como descreve, em 1783, José António de Mata:

Pelo que respeita à Tradução só te posso dizer que em toda a República literária não há nem pode haver trabalho maior, porque as dificuldades que se encontram nisso parece que, excedendo todas as forças humanas se fazem insuperáveis; o que se colhe bem da sua genérica e comum definição, pois se

esta consiste em fazer perceptível na Língua vulgar o que se acha escrito na estranha, ou em converter qualquer idioma em outra Língua diferente, bem claro fica que sem um perfeito conhecimento de ambas as Línguas de nenhum modo se pode fazer uma boa Tradução (...) aonde se hão-de achar contínua e sucessivamente vocábulos correspondentes, e igualmente significativos, entre a Língua traduzida e a que traduz (...) se todos os tradutores reflectissem somente nestas dificuldades (...) nenhum empreenderia traduções, vendo que, além do que fica dito, se viam precisados a indagar escrupulosamente a vida e costumes do Autor, a Pátria, o Século em que compôs, o bom ou o mau gosto da mesma Língua quando ele escreveu, pois que todos esses requisitos são indispensáveis a um judicioso tradutor.

MATA, J. A. Em PINILLA, José A. S. E SÁNCHEZ, María M. F. (1998:133)

No actual contexto competitivo, em mudança e em que cada vez mais o desempenho individual é avaliado, a capacidade de desempenhar com eficácia as tarefas, a optimização dos recursos, a criatividade, a cooperação, a liderança e a capacidade de adaptação ao meio e às condições de trabalho, são competências que se exigem a qualquer profissional.

Por tudo o que foi afirmado, podemos concluir que a formação de tradutores é um enorme desafio que tem um impacto directo na forma como estes irão desempenhar a sua actividade sendo, assim, um dos factores responsáveis pela visibilidade dos profissionais do acto de traduzir e pela valorização do seu trabalho.

BIBLIOGRAFIA REFERENCIADA

ALVES, F, MAGALHÃES, C. e PAGANO, A. (2003). Traduzir com Autonomia: estratégias para o tradutor em formação. São Paulo: Editora Contexto.

ANTUNES, J. L. (2007). Globalização e Educação. Em PACHECO, J.A., MORGADO, J. C. e MOREIRA, A. F. (orgs.) Globalização e (Des)igualdades: Desafios Contemporâneos. Porto: Porto Editora, 41-60.

AUSTERMUHL, F., (1998). Between Babel and Bytes: The Discipline of Translation in the Information Age. [Em linha], [Consulta 10/01/2007]. Disponível em: http://gandalf.aksis.uib.no/AcoHum/abs/Austermuehl.htm.

BAKER, M. (1999). In other words – a coursebook on translation. London/New York: Routledge.

BARROSO, I. (2001). Entrevista a Ivo Barroso. Revista Continente Multicultural. [Em linha], [Consulta 05/02/2007]. Disponível em: http://www.continentemulticultural.com.br/revista004/materia.asp?m=TRAD%C7%C3O&s=1.

BIZARRO, R. P. e ESCALEIRA, L. (2006). Ensinar e Aprender a Traduzir. Comunicação apresentada no I Colóquio Lusofônico em "Educação, Arte, Mídia e Cultura", Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil, Maio de 2006 .

CAMPOS, Geir (1986) O que é tradução. São Paulo: Editora Brasiliense S. A.

CASTELLANO, L. (1988). Get Rich – but Slow. Em PICKEN, C. (ed). ITI Conference 2:Translators and Interpreters Mean Business. London:ASLIB, 131-135.

CHENG, Wendy Chan Mei. (Outubro de 2004). C-E Translation Programme Envisioned at MPI. MPI Newsletter (Special Issue) Creating a Fertile Environment for the Learning of English in Macao. Macau: IPM.

DEPOVER, C. e NOEL, B. (2006). Le Curriculum et ses Logiques. France: Série Références L'Harmattan.

DURÃO, M. J. F. (2007). Tradução Científica e Técnica: Proposta para a Formação de Tradutores Pluricompetentes Especializados na Tradução de Documentação Científica e Técnica do Inglês para o Português. Tese de Doutoramento em Estudos Portugueses. Lisboa: Universidade Aberta de Lisboa.

GONÇALVES, J. L. e MACAHDO; I. T. N. (2006). Um panorama do Ensino de Tradução e a Busca da Competência do Tradutor, Cadernos de Tradução XVII, (1), 17. Florianópolis: PGET, 45-69.

GOUADEC, Daniel. (2002 a). Profession: Traducteur. Langres: La Maison du Dictionnaire.

GOUADEC, Daniel. (23-06-2008). Palestra proferida no Instituto Politécnico de Macau.

HARRIS, B. (1981). Prolegomenon to a Study of the Differences between Teaching Translation and Teaching Interpretation. Em DELISLE, J. (org.) L'enseignement de l'Interpretation et la Traduction Simultanée. Ottawa: University of Ottawa Press.

HUANG, H. (1999). Factores Importantes da Garantia da Qualidade". Revista do Instituto Politécnico de Macau, nº 2 (série nº 5). Macau:IPM, 235-241.

KIRALY, D. (2000). A Social Constructivist Approach to Translator Education - Empowerment from Theory to Practice. Manchester: St. Jerome Publishing.

LADMIRAL, J. R. (1979). Traduzir: Teoremas para a Tradução. Lisboa: Editora Europa-América.

LEDERER, M. (1994). La Traduction Aujourd´hui: le modèle interpretative. Manchester, UK & Northampton MA: St. Jerome Publishing.

LEDERER, M. (2003). Translation: The Interpretive Model. Manchester, UK & Northampton MA: St. Jerome Publishing.

MATA, J. A. (1998). Em PINILLA, J. A. S. e SÁNCHEZ, M. M. F. O Discurso sobre a Tradução em Portugal: o proveito, o ensino e a crítica - Antologia (c. 1429-1818). Lisboa: Edições Colibri, 132-134.

MONTALT, R., PIORNO, P. E. e IZQUIERDO, I. G. (Outubro de 2008). The Acquisition of Translation Competence Through Textual Genre. Translators Journal, Translators Around the World, (12),4, [Em linha], [Consulta 10-12-2008]. Disponível em: http://accurapid.com/journal/24china.htm.

MORGADO. J. C. e MARTINS, F. B. (2008). Projecto Curricular: Mudança de Práticas ou Oportunidade Perdida. Revista de Estudos Curriculares, 6, 1. Associação Portuguesa de Estudos Curriculares, 1-19.

NEUBERT, A. (2000). Competence in Language, in Languages, and in Translation. Em Developing Translation Competence. Schäffner, Christina and Beverly, Adab (eds.). USA: John Benjamins B.V., 3-18.

NORD, C. (2000). Training Functional Translators. Cadernos de Tradução (1),(5). Santa Catarina, Brasil: Universidade Federal de Santa Catarina, 27-46.

PADILLA, P e MARTIN, A. (1992). Similarities between Interpreting and Translation: Implications for Teaching. Em DOLLERUP, C.& LINFEGAARD (orgs.) Teaching Translation and Interpreting: Training, Talent and Experience. Amsterdam: John Benjamins.

PAGURA, R. (2003). A Interpretação de Conferências: Interfaces com a Tradução Escrita e Implicações para a Formação de Intérpretes e Tradutores. D.E.L.T.A., 19: Especial, 209-236.

PICKEN, C. e OWENS, R. (1996). The Translator´s Handbook. (3ª ed.). London: Aslib, The Association for Information Management.

POSNER, G. J. e RUDNITSKY, A. N. (2001). Course Design – A Guide to Curriculum Development for Teachers. Addison Wesley Longman, Inc.

SELESKOVITCH, D. (1978). Interpreting for International Conferences. Tradução de L'interprete dans les Conferences Internationales: Problemes de Langage et de Comunication. Washington DC: Pen and Booth.

SILVA, M. M. (2006). Tradução Tecnologia e Mercado: Uma Trilogia Propícia a Bolonha. Comunicação apresentada na 1ª Conferência de Tradução Portuguesa, ATeLP – Associação de Tradução em Língua Portuguesa, Lisboa: 11-12 de Setembro de 2006.

THEODOR, E. (1983) Tradução: Ofício e Arte. São Paulo: Editora Cultrix.

VASCONCELOS, J. R. V. (1998). Em PINILLA, J. A. S. e SÁNCHEZ, M. M. F. O Discurso sobre a Tradução em Portugal: o proveito, o ensino e a crítica - Antologia (c. 1429-1818). Lisboa: Edições Colibri, 128-131.